

www.undprcc.lk/aphdr2006

Sujeito a embargo até às 8.00 TMG 29 de Junho de 2006

Uma Agenda Ambiciosa sobre o Comércio em Condições Humanas na Ásia-Pacífico

O Novo Relatório do PNUD Mostra que a Adesão da Ásia ao Comércio Livre Não Está a Criar Empregos Suficientes para os Pobres da Região

PHNOM PEN, Camboja, 29 de Junho de 2006 – Os países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico precisam de novas políticas internas audaciosas para beneficiarem do comércio livre e as economias industrializadas deveriam apoiar normas comerciais mais justas que dêem às nações mais pobres a possibilidade de competir no mercado mundial, defende um relatório abrangente sobre os desafios comerciais regionais lançado hoje pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Relatório do Desenvolvimento Humano na Ásia-Pacífico 2006, “*Comércio em Termos Humanos: Transformar o Comércio em Prol do Desenvolvimento Humano na Ásia e no Pacífico*,” apresenta uma ambiciosa agenda de oito pontos destinada a fazer com que os governos nacionais ponham o comércio a trabalhar mais para os pobres. Entre as recomendações do relatório contam-se a prioridade aos investimentos tendo em vista a competitividade, a adopção de políticas comerciais estratégicas, uma ênfase renovada na agricultura e no desenvolvimento rural, e estratégias para combater o “crescimento sem criação de emprego”.

“O relatório *Comércio em Termos Humanos* surge num momento crítico”, afirmou o Administrador do PNUD, Kemal Dervis, “quando faltam apenas alguns meses para o fim do prazo, no final do ano, da Ronda do Desenvolvimento, de Doha. Estamos também no ponto médio do Programa de Acção de Bruxelas para os Países Menos Avançados, que se estende por dez anos e temos menos de uma década para atingirmos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

O Relatório, o primeiro de uma nova série anual que foca questões fundamentais de desenvolvimento na região, recomenda vivamente a introdução de novos regimes fiscais, a manutenção de taxas de câmbio estáveis e realistas e um reforço da cooperação regional.

O crescimento maciço das reservas de divisas estrangeiras da Ásia-Pacífico – que actualmente totalizam quase 1,8 biliões de dólares – constitui um recurso inexplorado que podia ser utilizado para amortecer o impacto do preço do petróleo sobre os países pobres e também para financiar investimentos em serviços público essenciais e infra-estruturas regionais, afirma o Relatório.

“A Ásia e o Pacífico aderiram à globalização, mas a globalização não pode incluir os pobres da região sem uma acção determinada por parte dos governos”, afirmou Hafiz A. Pasha, Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Director do Gabinete Regional do

PNUD para a Ásia e o Pacífico, que lançou hoje o Relatório, numa cerimónia em Phnom Pen, Camboja, com o Primeiro-ministro Hun Sen.

O relatório “Comércio em Condições Humanas” refere que a abertura da Ásia ao mercado mundial impulsionou um crescimento económico recorde e reduziu a pobreza monetária em grande parte da região. Os seus produtos manufacturados de mão-de-obra intensiva e os produtos de alta tecnologia fizeram da Ásia a “fábrica do mundo”, refere o Relatório. Os “milagres” económicos do Leste Asiático usaram o comércio para estimular as exportações e acelerar o progresso noutras áreas, nomeadamente a educação, a saúde e a igualdade de género.

Desempenho em termos de crescimento regional

	Crescimento do PIB (média anual %)		Taxa de crescimento anual do PIB <i>per capita</i> (%)
	1980-1990	1990-2003	1990-2002
Leste Asiático & Pacífico	7.90	7.60	5.4
Sul da Ásia	5.50	5.40	3.2
Europa & Ásia Central		0.60	-0.9
América Latina & Caraíbas	1.50	2.70	1.3
Médio Oriente & Norte de África	1.30	3.20	-
África Subsariana	1.70	2.80	-

Fontes: Banco Mundial, 2005a, FMI, 2004

Todavia, ao mesmo tempo, o comércio contribuiu para o aumento das desigualdades, não só entre países mas também dentro das fronteiras nacionais. E algumas das economias mais abertas da região – sobretudo os casos de sucesso do Leste Asiático – estão a enfrentar o desafio do “crescimento sem criação de emprego”, com a criação de emprego a ficar muito atrás da expansão da mão-de-obra. Os benefícios do comércio livre reverteram mais para os trabalhadores altamente especializados e bem pagos do que para os não especializados, enquanto as oportunidades de emprego e as condições de trabalho das mulheres nos têxteis vestuário, nos países mais pobres, estão ameaçadas pela concorrência da China e pelo desaparecimento das quotas mundiais de importação.

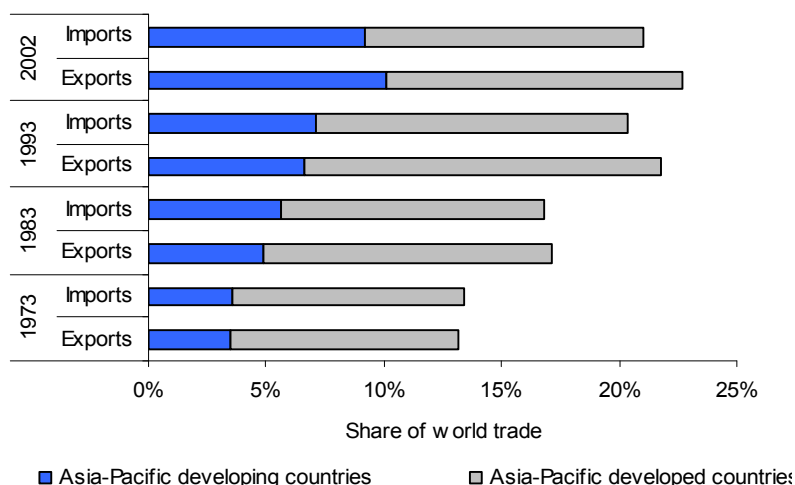
Entre outras conclusões importantes do Relatório, contam-se:

- O que antigamente não era comerciável tornou-se comerciável, sobretudo nos serviços, havendo grande potencial de a migração a curto prazo de mão-de-obra, a subcontratação empresarial e o turismo especializado proporcionaram às pessoas oportunidades de saírem da pobreza
- A região beneficiou globalmente na nova era de abolição das quotas para os têxteis e vestuário, mas a maior parte desses ganhos foi para a China e a Índia
- Perante as barreiras ao comércio e a distorção dos preços, a agricultura estagnou e a Ásia-Pacífico tornou-se um importador líquido de produtos

agrícolas, pondo em perigo a segurança alimentar e aumentando a pobreza rural

- Uma abertura selectiva e sequenciada ao comércio é fundamental para uma gestão bem sucedida da globalização.
- “O comércio e o desenvolvimento humano têm uma relação recíproca,” referiu Minh H. Pham, Administrador Regional do Centro Regional do PNUD em Colombo. “Em termos globais, ganhar e perder com o comércio está dependente de factores como a situação prévia em esferas como a saúde, a educação e o desenvolvimento das infra-estruturas de um país, que, por sua vez, estimula o crescimento”. No caso dos chamados “milagres” económicos, por exemplo, as realizações em termos de desenvolvimento humano influenciaram positivamente a sua capacidade de aproveitar as oportunidades de comércio.”

Quota da região Ásia-Pacífico em termos de comércio mundial, 1973-2000 (%)



Fonte: OMC, 2005

Importações
Exportações
Importações
Exportações
Importações
Exportações
Importações
Exportações

Quota do comércio mundial

Países em desenvolvimento da Ásia-Pacífico
Países desenvolvidos da Ásia-Pacífico

Os desafios que se deparam a muitos países para competirem

Algumas partes da Ásia e Pacífico, especialmente os 14 Países Menos Avançados¹, ou PMA, e os países das Ilhas do Pacífico, têm lutado com grandes dificuldades devido à dificuldade de retirarem benefícios concretos do comércio, em termos de desenvolvimento humano. Esses países têm sido entusiastas da globalização, mas enfrentam condições difíceis de acesso à Organização Mundial de Comércio. “Devido à tirania das médias, o desempenho relativamente fraco dos Países Menos Avançados da Ásia recebe pouca atenção”, afirmou Anuradha K. Rajivan, que chefiou a equipa multinacional, sediada em Colombo, que elaborou o Relatório para o PNUD.

Ao mesmo tempo, estão a ser postos fora de competição e esmagados pelas importações da China, enquanto estão a ter pouco êxito com a venda dos seus produtos no maior mercado da região.

O Relatório, que o Sr. Pasha descreveu “como tendo sido feito por pessoas da Ásia-Pacífico e a elas destinada”, foi o fruto de um amplo processo de consulta a centenas de peritos de muito diferentes sectores da sociedade: académicos, funcionários governamentais, representantes de organizações não governamentais, da sociedade civil e do sector privado .

Recomendações Essenciais

O Relatório do Desenvolvimento Humano na Ásia-Pacífico 2006 faz oito recomendações fundamentais:

1. Investir tendo em vista a competitividade, nomeadamente no ensino técnico e superior, bem como na investigação e desenvolvimento, sobretudo para a agricultura e as infra-estruturas relacionadas com o comércio

2. Adotar políticas comerciais e industriais estratégicas, não abrindo os mercados demasiado cedo e introduzindo barreiras tarifárias adequadamente sequenciadas com um calendário definido

3. Voltar a centrar-se na agricultura, privilegiando o investimento no desenvolvimento rural, mantendo os direitos alfandegários sobre as importações de bens alimentares e garantindo que as negociações sobre o comércio mundial chegam a acordo quanto a mecanismos especiais de salvaguarda

4. Combater o crescimento sem criação de emprego, reajustando as taxas de juro; eliminando gradualmente os incentivos fiscais que aumentam artificialmente a remuneração do capital e têm como consequência o desinvestimento na mão-de-obra; e adoptando políticas de mão-de-obra que incentivem a flexibilidade e a requalificação profissional

5. Preparar um novo regime fiscal, garantindo que os novos impostos sejam equitativos e protejam os pobres; desenvolver os impostos sobre os rendimentos para deter a evasão, explorando simultaneamente novas áreas promissoras tais como o imobiliário, as mais-valias de capital e o imposto sobre o valor acrescentado para compensar as perdas de receitas resultantes da liberalização do comércio.

¹ Entre os 14 PMA da Ásia-Pacífico contam-se quatro Estados sem litoral e sete Estados insulares em desenvolvimento. São eles o Afeganistão, o Bangladesh, o Butão, o Camboja, as Ilhas Salomão, Kiribati, as Maldivas, Myanmar, o Nepal, a República Democrática Popular do Laos, a Samoa, Timor-Leste, Tuvalu e Vanuatu. Quase todos os outros PMA se situam em África.

6. Manter taxas de câmbio estáveis, proporcionando uma gestão realista das taxas de câmbio que não valorize de mais nem de menos uma determinada moeda e mantenha uma verdadeira estabilidade

7. Insistir no multilateralismo, tendo em vista resultados sustentados em termos de desenvolvimento humano, construindo relações mais lentas mas, em última instância, mais produtivas no âmbito do regime do comércio mundial em vez de tentar obter acordos bilaterais altamente desequilibrados com nações ricas

8. Promover a cooperação regional, reforçando os acordos de comércio regional, reunindo as reservas de divisas estrangeiras e criando um mercado de obrigações asiático

* * * * *

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede mundial das Nações Unidas para o desenvolvimento, defendendo a mudança e ligando os países ao conhecimento, experiência e recursos, a fim de ajudar as pessoas a construírem uma vida melhor. O Centro Regional do PNUD em Colombo foi criado em Janeiro de 2005 como um centro regional para o conhecimento sobre o desenvolvimento e conhecimentos especializados no mesmo domínio, prestando serviços de aconselhamento sobre políticas e desenvolvimento de capacidades no âmbito da Redução da Pobreza e do VIH e Desenvolvimento, com a Igualdade de Género como uma questão transversal. Esperamos que os Relatórios do Desenvolvimento Humano na Ásia-Pacífico dotem a região de um fórum para promover os diálogos e estruturar os debates apoiando uma agenda em prol dos pobres.

• * * * * *

Para mais informações, é favor contactar:

Na Ásia:

Kay Kirby Dorji, Centro Regional do PNUD Colombo; kay.kirby@undp.org; (94-11) 452-6400 ext. 245; telemóvel: (94-77) 317 8556

Cherie Hart, Centro Regional do PNUD Bangucoque; cherie.hart@undp.or.th; (66-2) 288-2133; telemóvel: (66-1) 918 1564

Surekha Subarwal, ONUD Nova Deli; surekha.subarwal@undp.org; (91-11) 2462 8877 ext. 346

Em Londres:

Chandrika Deshpande, Gabinete de Comunicação do PNUD em Londres; chandrika.deshpande@undp.org; (44-20) 7396 5338, (44-9) 5746 0246

Em Genebra:

Jean Fabre, Gabinete de Comunicação do PNUD em Genebra; jean.fabre@undp.org; (41-22) 917 8541

Em Nova Iorque:

Roshni Abaysekara-Karwal, Gabinete de Comunicação do PNUD em Nova Iorque; roshni.karwal@undp.org; telefone: (1-212) 906 5355, (1-646) 675 25 23